

A investigação geográfica em Portugal no contexto das ciências sociais e humanas

Flávio Nunes

Universidade do Minho – Departamento de Geografia

CEGOT – Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território

flavionunes@geografia.uminho.pt

Em Portugal, opções políticas tomadas em matéria de redistribuição do orçamento estatal nos domínios do ensino superior e da investigação científica têm promovido um receio de subalternização das ciências sociais e humanas (CSH) no panorama geral da investigação e da produção de conhecimento. O objectivo deste texto não passa contudo por argumentar a defesa do estatuto e mérito das CSH, mas por avaliar o reconhecimento que os estudos nestes domínios de reflexão têm em Portugal junto do poder político, avaliando esse reconhecimento por via do investimento público que tem sido canalizado para esta área do saber. Este estudo procura assim determinar a relevância das CSH no conjunto da investigação científica portuguesa, e especificamente da Geografia no seio das CSH, quer no número de projectos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), quer nos montantes de investimento envolvidos, quer ainda nas problemáticas de estudo privilegiadas pelos júris dos concursos públicos responsáveis pela seriação destes projectos de investigação. É certo que nem toda a investigação está associada a projectos financiados, nem a FCT é a única entidade financiadora, pelo que esta análise reflectirá apenas uma parte da investigação científica desenvolvida em Portugal.

Na primeira década deste século (2000 a 2009) decorreram em Portugal sete concursos gerais para financiamento de projectos de investigação em todos os domínios científicos. Em termos acumulados o investimento global em projectos de investigação pela FCT (concursos gerais¹) foi de 661 biliões de Euros, sendo que as Ciências da Engenharia e Tecnologias concentraram quase 1/3 do investimento total, seguidas pelas Ciências Naturais e Agrárias e pelas Ciências Médicas e da Saúde. Às CSH foi concedida uma quantia ligeiramente superior a 100 biliões de Euros (15% do investimento total), apenas superior à parcela de investimento concedida às Ciências Exactas (Matemática, Química e Física).

Uma leitura evolutiva do investimento concedido a cada uma destas cinco áreas científicas permite verificar que no início da década (entre 2000 e 2002) existia uma maior proximidade na repartição do financiamento público, embora sempre privilegiando as Ciências Naturais, as Engenharias e as Tecnologias². A fase seguinte, entre 2004 e 2008, foi marcada por uma maior influência dos ideais do determinismo tecnológico na condução das políticas públicas, assistindo-se, num primeiro momento, a uma nítida aposta do investimento nas Ciências da Engenharia e Tecnologias (com um diferencial em 2006 de cerca de 23 biliões de Euros face à segunda área científica mais financiada), e que veio beneficiar num segundo momento também as Ciências Naturais. Por sua vez, a etapa mais recente de decréscimo do investimento público em I&D veio novamente repor um maior equilíbrio na repartição do financiamento concedido às diferentes áreas científicas.

¹ Para além dos concursos gerais abertos a todos os domínios científicos (anuais ou bi-anuais) a FCT lança também concursos específicos no âmbito de domínios concretos de investigação. Este estudo centra-se apenas na investigação financiada no âmbito dos concursos gerais.

² As Ciências Médicas e da Saúde tendem a beneficiar de maior investimento privado, sobretudo por parte de Laboratórios e Grupos Farmacêuticos, pelo que tradicionalmente não concentram uma parcela tão significativa do investimento público em I&D.

Embora as orientações políticas possam ser determinantes para a compreensão das prioridades seguidas em matéria de aplicação do investimento público em I&D, importa alertar para o papel de outros factores explicativos dessas desigualdades de investimento, e que em parte estão associados à própria desigualdade na dimensão das equipas de investigação³. De facto, a proporção dos projectos de I&D aprovados pelas diferentes ciências tende a repercutir a diferenciação que se assiste na repartição do número de projectos candidatados, e que é resultante da própria desigualdade na dimensão das equipas de investigação afectas a cada uma dessas ciências.

Em número de projectos aprovados as CSH são a terceira área científica mais apoiada, embora ocupem a quarta posição em volume de investimento o que indicia menores volumes médios de investimento por projecto. Na realidade as CSH são as que auferem de menor investimento por projecto financiado (em termos globais o financiamento médio dos projectos apoiados pela FCT na última década foi de aproximadamente 94 mil Euros, sendo que no caso das CSH esse investimento foi de cerca de 74 mil Euros por projecto)⁴, o que reflecte a tradicional conotação caricatural das CSH, em termos de material de apoio à investigação, às ditas ‘ciências do lápis e papel’.

Importa também referir que se em termos globais o financiamento médio atribuído pela FCT por área disciplinar foi de cerca de 16 milhões de Euros entre 2000 e 2009, no caso das CSH foi de menos de metade desse valor (em média cada uma das treze áreas disciplinares⁵ das CSH recebeu cerca de 7,8 milhões de Euros). Poder-se-ia supor que este menor investimento se deve simplesmente ao menor volume médio de financiamento que tende a caracterizar os projectos das CSH, porém as CSH são também penalizadas no total de projectos financiados, pois em termos de projectos aprovados a média geral é de 172 projectos aprovados por área disciplinar enquanto nas CSH esse rácio é apenas de 104.

Uma análise detalhada pelas diferentes 13 áreas disciplinares das CSH permite detectar realidades muito distintas. Por um lado, destaca-se um grupo de 5 disciplinas com um número total de projectos aprovados acima da média geral dos 172 projectos financiados por área disciplinar (a ‘Economia e Gestão’ e a ‘História e Arqueologia’) ou, estando abaixo dessa média geral, apresenta um valor muito superior à média das CSH -104 projectos financiados por área disciplinar- (a ‘Sociologia e Demografia’, a ‘Psicologia’ e as ‘Ciências e Políticas da Educação’). Importa referir que estas 5 disciplinas são também aquelas que recolhem um investimento superior à média das CSH -7,8 milhões de Euros por disciplina-, e embora sendo a ‘Economia e Gestão’ que lidera o *ranking* das CSH em número de projectos financiados (207 projectos financiados entre 2000 e 2009), é a ‘História e Arqueologia’ que lidera o investimento atribuído (15,2 milhões de Euros nesta década). Por outro lado, destaca-se um grupo de oito áreas disciplinares com um número bastante mais reduzido de projectos homologados durante esta década, sendo que a última posição desse *ranking* das CSH é ocupada pela Geografia com apenas 42 projectos de investigação financiados de 2000 a 2009.

Uma leitura evolutiva da proporção do investimento associado a cada uma destas disciplinas, no conjunto global das CSH, permite detectar algumas variações bastante significativas ao longo desta década. Nomeadamente a Psicologia que no período em

³ Embora essa desigualdade na dimensão das equipas de investigação reflecta também opções políticas diversas sobretudo em matéria de reforço de recursos humanos.

⁴ As Ciências Naturais e as Ciências Médicas e da Saúde são as que congregam projectos com um financiamento médio mais elevado, respectivamente cerca de 113 e 109 mil Euros por projecto.

⁵ Antropologia; Arquitectura e Urbanismo; Ciências da Comunicação e Informação; Ciências da Linguagem e Estudos Literários; Ciências e Políticas da Educação; Ciências Políticas e Jurídicas; Economia e Gestão; Estudos Artísticos; Filosofia; Geografia; História e Arqueologia; Psicologia; Sociologia e Demografia.

análise conseguiu reforçar substancialmente o financiamento da sua investigação, tendo inclusivamente sido nos últimos dois concursos da década em análise (o de 2008 e 2009) a área disciplinar das CSH a que foi atribuído maior financiamento. As Ciências e Políticas da Educação conseguiram também aumentar a sua proporção relativa no investimento atribuído às CSH, tendo sido nos últimos dois concursos a segunda disciplina mais financiada. Outra área disciplinar das CSH que conquistou um protagonismo acrescido na atribuição do investimento público em investigação foi a dos Estudos Artísticos, passando de menos de 2,5% no início da década para cerca de 8% de todo o investimento concedido às CSH nos últimos concursos.

A importância acrescida destas disciplinas ficou a dever-se a uma proporção gradualmente menos relevante do financiamento atribuído sobretudo à ‘Sociologia e Demografia’, mas também à ‘História e Arqueologia’, sendo que no início da década representavam, cada qual, mais de 17% do investimento total atribuído às CSH, enquanto que nos últimos concursos a ‘Sociologia e Demografia’ representava cerca de 9% e a ‘História e Arqueologia’ cerca de 11%⁶. Por sua vez verifica-se que a ‘Economia e Gestão’, embora sendo também uma das disciplinas mais financiadas no início da década, não participou neste transvaze de investimento a favor de outras áreas disciplinares.

A Geografia tem revelado uma reduzida variação na proporção do investimento captado, variando ao longo deste período entre cerca de 3,5% e 5% do investimento global atribuído às CSH. Esta estabilidade assiste-se também no número de projectos aprovados, pois analisando apenas os resultados dos últimos três concursos a Geografia persiste na última posição em termos de projectos aprovados no conjunto das treze áreas disciplinares das CSH.

A análise da taxa de aprovação dos projectos submetidos permite constatar que o maior protagonismo de algumas disciplinas no número de projectos homologados e no investimento captado se deve sobretudo ao maior empenho e dinamismo das suas equipas de investigação na submissão de candidaturas, em muitos casos resultante de investimentos diferenciados no capital humano associado às diferentes áreas disciplinares, e não a nenhum significativo favorecimento de alguns domínios das CSH aquando dos concursos.

Em termos médios a taxa de aprovação dos projectos candidatados é de 25,1% para o conjunto das CSH. Numa primeira análise a Filosofia e a Antropologia poderiam parecer áreas disciplinares ligeiramente favorecidas, com taxas de aprovação superiores aos 30%, contudo percebe-se que essa taxa de aprovação mais elevada procura compensar financiamentos médios por projecto mais reduzidos, aliás apesar desse favorecimento na aprovação são estas duas disciplinas as que receberam um menor investimento na última década. Por sua vez, os ‘Estudos Artísticos’ e a ‘Arquitetura e Urbanismo’ parecem ser áreas disciplinares ligeiramente penalizadas, com taxas de aprovação a rondar os 20% das candidaturas, contudo também aqui a taxa de aprovação procura compensar o facto de se tratarem das duas áreas disciplinas das CSH com um financiamento médio por projecto mais elevado, o que justifica que apesar dessa menor taxa de aprovação ocupem a 6^a e 7^a posição no ranking do investimento atribuído na última década por áreas disciplinares das CSH.

⁶ O elevado volume de investimento concedido à História no ano de 2001 ficou a dever-se a dois projectos de investigação financiados ao Observatório da Ciência e do Ensino Superior, instituição a que foi atribuído um financiamento extraordinário de mais de 410 mil Euros a um desses projectos (Programa para o Reforço e Alargamento do Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2001) e de mais de 1,3 milhões de Euros a um outro projecto com a mesma designação mas com outro horizonte temporal (Programa para o Reforço e Alargamento do Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2002-2004). Valores de financiamento anormais na medida em que nesse concurso de 2001 o valor médio de financiamento para o conjunto dos restantes projectos homologados das CSH foi de cerca de 53 mil Euros por projecto!

Entre 2000 e 2009 foram financiados 42 projectos no domínio científico da Geografia, aos quais foi atribuído um investimento total de 4,1 milhões de Euros. Uma análise da repartição espacial das instituições proponentes que lideraram estes projectos permite constatar uma sobre representação de Lisboa no conjunto global dos projectos financiados pela FCT. Às instituições de investigação sedeadas na capital do país foi concedido mais de 2/3 (68,3%) do total do investimento público que na última década apoiou a investigação geográfica em Portugal, o que correspondeu a 64,3% do total de projectos aprovados no domínio da Geografia. Esta assimetria espacial não traduz a real repartição geográfica das instituições universitárias com projectos de ensino e investigação em Geografia, nem a repartição dos recursos humanos associados à investigação académica em Geografia.

Procurando traçar o perfil-tipo dos projectos financiados em Geografia ao longo da última década refira-se que, em média, são projectos envolvendo três entidades parceiras, 10 investigadores por projecto e um investimento de cerca de 98 mil Euros. Quanto às temáticas abordadas verifica-se que cerca de 2/3 do total de projectos financiados e do total de investimento atribuído diz respeito a investigações preferencialmente no domínio da Geografia Humana.

Conclui-se este texto destacando os seis principais domínios de reflexão privilegiados na investigação geográfica recente financiada pela FCT⁷, a partir de uma análise dos objectos de estudo destes 42 projectos de investigação⁸.

A Geografia Urbana é o domínio de estudo mais relevante com quase ¼ dos projectos financiados, envolvendo investigações preferencialmente em torno de novas metodologias de planeamento urbano sustentável; morfologia, sociabilidades e representações do espaço público; integração de minorias em espaços metropolitanos; ou ainda em torno de processos e estratégias de regeneração urbana.

Distingue-se um segundo domínio temático, com cerca de 1/5 dos projectos financiados, em torno das problemáticas associadas aos Riscos Naturais. Mais especificamente em torno de desastres naturais de origem hidro-geomorfológica; em torno das repercussões dos incêndios florestais em termos sociais bem como no uso e composição do solo; assim como em torno dos riscos sísmicos ou da perda de qualidade das massas de água e da perturbação dos seus ecossistemas.

A Geografia Económica tem sido outra temática privilegiada na concessão do investimento público de apoio à investigação geográfica. Os sete projectos financiados agregam-se, grosso modo, em torno de dois grandes domínios de reflexão: estratégias empresariais (desinvestimento, deslocalização, investimento directo estrangeiro, *clusters* transfronteiriços); bem como em torno de dinâmicas de conhecimento, inovação e competitividade.

A Cartografia representa um outro domínio temático, com seis projectos financiados no âmbito da aplicação dos SIG na análise espacial e ambiental e na teledetecção, e um projecto numa vertente mais associada à cartografia histórica.

Em torno do Desenvolvimento Regional e Local desenvolveram-se seis projectos, sobretudo em torno da espessura institucional e do capital social, bem como no domínio da avaliação de impactes de infra-estruturas de desenvolvimento.

Por fim, destacam-se ainda três projectos de investigações no domínio da Geografia Rural, mais especificamente na gestão da paisagem agrícola e no âmbito do turismo rural.

⁷ É certo que existem outros projectos de investigação cujo investigador responsável é Geógrafo e que foram financiados no âmbito de candidaturas a outras áreas disciplinares, contudo esta análise centra-se exclusivamente nos projectos financiados pela FCT na área disciplinar da Geografia, independentemente da formação do investigador responsável.

⁸ Feita a partir de uma análise aos resumos e às palavras-chave identificadoras de cada um destes 42 projectos de investigação.